

# Estudos Críticos de Terrorismo: O Caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

*Terrorism Critical Studies: The Case of the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC)*

Vinícius Vilas Boas\*  
Márcio Humberto\*\*  
Tiago Matos\*\*\*  
Marcela Forni\*\*\*\*

## Resumo

Este artigo objetiva propor novas perspectivas de análise referentes às significações e linguagem utilizadas em relação ao conceito de terrorismo, bem como as maneiras pelas quais estas significações justificam políticas agressivas contra grupos considerados terroristas. Para isso, utilizaremos da abordagem pós-estruturalista e sua relação com as teorias críticas de segurança, além do conceito de amigo-inimigo proposto por Carl Schmitt. Esta análise teórica possui o intuito de compreender o processo de construção de ameaças a partir de definições associadas ao termo terrorismo. O estudo de caso que embasa a análise proposta é o das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que observaram uma mudança nas formas de seu combate por parte dos governos da Colômbia e dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Terrorismo. Pós-estruturalismo. Segurança. FARC.

## Abstract

This article aims to propose new analytical perspectives regarding the meanings and language used in relation to the concept of terrorism, as well as the ways in which these meanings justify aggressive policies against groups considered terrorists. For this, we will use the poststructuralist approach and its relation with the critical theories of security, besides the friend-enemy concept proposed by Carl Schmitt. This theoretical analysis intends to understand the process of constructing threats from definitions associated with the term terrorism. The case study that supports the proposed analysis is that of the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC), which observed a change in the forms of its combat by the governments of Colombia and the United States.

**Keywords:** Terrorism. Poststructuralism. Security. FARC.

\* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – *Campus* Poços de Caldas. Contato: [viniciushvilasboas@gmail.com](mailto:viniciushvilasboas@gmail.com)

\*\* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – *Campus* Poços de Caldas. Contato: [marciohferreira115@gmail.com](mailto:marciohferreira115@gmail.com)

\*\*\* Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – *Campus* Poços de Caldas. Contato: [tmatos@sga.pucminas.br](mailto:tmatos@sga.pucminas.br)

\*\*\*\* Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – *Campus* Poços de Caldas. Contato: [marcela.forniaguari@gmail.com](mailto:marcela.forniaguari@gmail.com)

## Introdução

Quais as implicações de classificar-se um grupo ou movimento político como “terrorista”? Esta nomeação tem impactos sobre a determinação de quais os meios possíveis para combater estes grupos? Existe relação entre o ato de atribuir esta nomenclatura e a identidade do próprio sujeito que a aplicou? Este artigo pretende oferecer os aportes teóricos necessários para melhor compreensão sobre a importância do discurso na criação e no tratamento de questões relativas à segurança.

Amparados nos preceitos trazidos pela abordagem pós-estruturalista, este artigo apresentará o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) como exemplo de como a classificação de “terrorista” não foi uma decorrência natural ou apolítica. Neste sentido, pretende-se demonstrar que a imposição do termo “terrorista” não é baseada na observação de uma realidade empírica ou um fato exógeno, mas sim fruto de um amplo processo envolvendo a articulação entre conceitos como identidade, autoridade e legitimação do uso da violência por meio do discurso.

Para isso, será explanado premissas da abordagem pós-estruturalista, assim como as consequências ontológicas e epistemológicas da adoção desta matriz teórica. Ademais, serão apresentados os pontos em comum entre os pressupostos da abordagem pós-estruturalista e dos Estudos Críticos em matéria de segurança, tais como as características da ideia de “ameaça”. Para explorar a relação entre discurso como catalisador de questões de segurança, será introduzido o conceito de securitização, também presente nas teorias de Estudo Crítico de segurança. A fim de entender a evolução do termo “terrorismo”, será apresentado como deu-se o desenvolvimento histórico deste conceito, principalmente no que tange mudanças em relação a natureza das formas de terrorismo e como governos nacionais lidavam com estes diferentes tipos de terrorismo. Para melhor delimitação temporal, utiliza-se como marco histórico o dia 11 de setembro de 2001, cujos eventos marcaram uma profunda mudança de comportamento estatal em relação ao terrorismo, principalmente nos Estados Unidos (RESENDE, 2012).

Para completar o arcabouço teórico utilizado neste artigo, será explicitada a relação entre a produção da ideia de “inimigo” e a identidade política do Estado. Para isso, far-se-á uso dos conceitos presentes na obra de Carl Schmitt, correlacionando-os com as

considerações sobre formação da identidade nacional, trazida por autores pós-estruturalistas como David Campbell.

De forma a abarcar os conceitos teóricos, será apresentado o estudo de caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Busca-se abordar as origens e consolidação da guerrilha, passando por suas atividades em território colombiano e pelas políticas adotadas pelos governos colombiano e norte-americano em resposta a tais atividades. Ademais, objetiva-se elucidar como os argumentos conceituais aqui apresentados foram decisivos para a evolução das definições atribuídas ao grupo, que passaram pelas categorias de guerrilha, grupo narco-traficante e célula narco-terrorista. Adjacente a estas significações, objetiva-se mostrar como as políticas agressivas adotadas pelos governos supracitados eram legitimadas por meio da construção discursiva de uma ameaça. Além disso, será demonstrado como o mesmo ato discursivo que construiu o grupo enquanto terrorista perdeu força e, mais tarde, foi utilizado de maneira diferente a fim de legitimar as FARC enquanto partido político.

## **A Abordagem Pós-Estruturalista e a Construção de Ameaças**

O pós-estruturalismo não pode ser considerado como uma teoria em si (CAMPBELL, 2007; ROSENAU, 1992). Para Campbell (2007), o pós-estruturalismo é melhor compreendido como uma *prática*, ou seja, como uma: “atitude crítica, abordagem ou ethos que chama a atenção para a importância da representação, da relação entre poder e conhecimento, e da política de identidade na produção e no entendimento das questões globais” (CAMPBELL, 2007, p. 206).

Ademais, o pós-estruturalismo não configura-se como um movimento homogêneo. Apesar disso, existem pontos em comum entre os diversos autores que são identificados como pertencentes a esta abordagem. Dentre estes pontos, pode-se citar a incapacidade de separar “valores, questões normativas, sentimentos e emoções (da) produção intelectual humana” (ROSENAU, 1992, p.114, tradução nossa<sup>5</sup>). Neste sentido, a abordagem pós-estruturalista questiona a capacidade de fazer-se um juízo racional, neutro e apolítico da suposta “realidade empírica”.

---

5. Post-modernists agree that values, normative questions, feelings, and emotions are all part of human intellectual production (ROSENAU, 1992, p.114).

Mesmo esta ideia de realidade é duramente criticada. Entretanto, a radicalidade da crítica a este conceito não é uniforme. A autora Rosenau (1992) diferencia estes teóricos em dois grupos distintos: os pós-modernistas céticos e os pós-modernistas afirmativos<sup>6</sup>. Os pós-modernistas céticos são mais propensos a igualar discurso e materialidade. Assim, “(...) signos não são representações da realidade, mas sim, *produzem* a realidade” (RYAN apud ROSENAU, 1992, p.110, grifo nosso, tradução nossa<sup>7</sup>). A realidade, para estes autores, é uma convenção linguística (EAGLETON apud ROSENAU, 1992, p. 111).

Já os pós-modernistas afirmativos não negam a existência da realidade empírica, aproximando-se, nesse sentido, à abordagem construtivista, que correlaciona fatores ideacionais a fatores materiais. Nessa perspectiva, os afirmativos acreditam na existência de uma pluralidade de sistemas de valor legítimos (ROSENAU, 1992).

Embora haja diferenciação na importância do discurso e sua relação com a realidade, as diferentes abordagens citadas têm em comum a noção de que, de alguma maneira, o discurso altera a percepção do real, seja criando-o, seja adicionando mais uma narrativa ao emaranhado de significações possíveis. Neste sentido:

Um discurso (...) cria as categorias de significado pelas quais a realidade pode ser entendida e explicada (...) Mais precisamente, o discurso torna ‘real’ aquilo que ele prescreve como significativo (GEORGE, 1994, p. 29-30, tradução nossa<sup>8</sup>).

Tendo em vista os pressupostos ontológicos e epistemológicos da abordagem pós-estruturalista apresentados aqui, é possível analisar a natureza do conceito de “ameaça”. Segundo Ewald, que é citado por Campbell (1992), a ameaça não é uma condição objetiva, mas sim um modo específico de tratamento em relação a certos eventos possíveis de acontecerem a certos grupos de indivíduos. Em suma, o autor explica que nada é um risco em si mesmo; porém, é possível conferir risco a qualquer objeto, a depender de como a análise deste objeto é feita (EWALD apud CAMPBELL, 1992).

6. Embora pós-modernismo e pós-estruturalismo não sejam conceitos homônimos, Rosenau afirma que, em sua obra, estes termos podem ser intercambiáveis (ROSENAU, 1992, p. 3).

7. For the skeptics post-modern signs are not representative of reality; rather they produce reality (RYAN apud ROSENAU, 1992, p.110).

8. A discourse, in this sense, generates the categories of meaning by which reality can be understood and explained. More precisely, a discourse makes "real" that which it prescribes as meaningful (GEORGE, 1994, p. 29-30).

Este papel da ameaça relaciona-se diretamente com os pressupostos dos Estudos Críticos de Segurança. Embora existam diferenças entre Estudos Críticos e o Pós-estruturalismo, estas abordagens têm em comum o fato de verem “(...) a segurança como um discurso pela qual identidades e ameaças são constituídas, em vez de condições objetivas e materiais” (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 243, tradução nossa<sup>9</sup>). A criação da ameaça, portanto, se dá pelo discurso, no processo chamado de *securitização*, que pode ser definido como o ato de “(...) apresentar um problema em termos de segurança, ou seja, como uma ameaça existencial” (BUZAN, HANSEN, 2009, p. 214, tradução nossa<sup>10</sup>).

A securitização de um tema tem implicações diretas na maneira como a ameaça criada será tratada. De acordo com Wæver (1998), o discurso de segurança torna o objeto securitizado uma “prioridade absoluta”. Deste modo, qualquer meio usado para neutralizar a referida ameaça é válido, já que sua existência está diretamente correlacionada com uma possível destruição do ente responsável pela securitização. Logo, o discurso é a maneira pela qual medidas extraordinárias, por mais agressivas que sejam, são legitimadas (WAEVER, 1998).

## **Significação e linguagem como justificativas para políticas agressivas**

O alemão Carl Schmitt (2009), em sua obra *O conceito do político*, procurou conceituar critérios e saberes que fossem unicamente entendidos como conceitos políticos. Segundo o autor, historicamente, esses conceitos eram associados somente à figura do Estado. Entretanto, o arcabouço estatal abrange campos tais como o religioso e o econômico, além de concepções morais, e, desse modo, transcende a noção política inicialmente proposta (SCHMITT, 2009).

Deste modo, Schmitt (2009) estabelece que uma das categorias especificamente políticas concerne a diferenciação entre amigo e inimigo, na qual ambos devem ser concebidos como algo

---

9. Poststructuralists, Feminists, Post-colonialists, Critical Constructivists and the Copenhagen School have all – although in slightly different ways – argued in favor of seeing security as a discourse through which identities and threats are constituted rather than as an objective, material condition (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 243).

10. Securitization refers more precisely to the process of presenting an issue in security terms, in other words as an existential threat (BUZAN, HANSEN, 2009, p. 214).

concreto e existencial, e não como metáforas e símbolos, algo que é oposto ao que se argumenta na abordagem pós-estruturalista. Isso porque têm-se o propósito de caracterizar o grau de intensidade de união ou separação de um determinado grupo, podendo existir na teoria e na prática sem que tenham que empregar as diferenciações morais, econômicas, ou até estéticas. Por conseguinte, o inimigo é entendido por parte de um setor social ou um Estado, ainda que subjetivamente, enquanto um conjunto de indivíduos semelhantes, porém hostis (SCHMITT, 2009). Este conjunto pode ser caracterizado enquanto um grupo extremista dentro de uma sociedade, caracterização alinhada com muitas das definições de “terrorista” (DYSON, 2008).

Em meio a essa relação amigo-inimigo, o Estado, enquanto formador de unidade política normativa e que, portanto, busca promover a segurança e a paz no ambiente interno, define e produz seus inimigos ao hostilizar e negar a existência de determinados atores. Assim, o ator estatal, capaz de promover guerras, as realiza com a justificativa da necessidade de combater quem o ameaça e apresenta um empecilho ao cumprimento de seus objetivos. No entanto, tal categorização, como já dito, é subjetiva, e pode se tornar polêmica. Isso porque, a nível internacional, essa produção de inimigos se subordina às políticas externas dos Estados. Dessa forma, caso algum grupo atue e se comporte em oposição aos interesses de grandes potências estatais, é provável que eles sejam denominados como uma ameaça, e, portanto, inimigos daquelas potências. Conforme se sucede essa situação, tais grupos possuem reais possibilidades de adquirir um status de terrorista em âmbito global, uma vez que o posicionamento desses Estados tende a se expandir em direção às suas zonas de influência no sistema internacional (SCHMITT, 2009).

Vale ressaltar que a abordagem pós-estruturalista tem diversos pontos de contato com a teoria apresentada por Schmitt (2009). Dentre os pontos em comum, está a presença da ideia de amigo e inimigo, chamada por Campbell (1992) de “eu” e “outro”. Para Campbell (1992), esta divisão é fundamental para a formação da própria identidade de um agente. Nesse sentido, diferenciação e identidade nacional são conceitos intrinsecamente ligados, já que a construção do diferente ressalta as características identitárias do “eu” (CAMPBELL, 1992).

## **O Conceito de Guerra ao Terror e a Política Externa Norte-Americana a partir da Década de 1980**

A utilização da expressão “terrorismo” na esfera de significados da prática política não é um recurso discursivo recente. O termo foi muito utilizado durante a Revolução Francesa, buscando legitimar perseguições políticas e execuções. Cerca de um século mais tarde, a expressão “guerra ao terror” seria utilizada por importantes jornais ao relatar as investidas de governos europeus que visavam deter ataques de anarquistas, nos anos 1880 (RAPOPORT, 2002).

Segundo William Dyson (2008), as primeiras aplicações do termo terrorismo como conhecemos hoje, surgiram no começo dos anos 1980, e eram utilizadas para definir atos de violência extrema motivados por questões políticas (DYSON, 2008). Desde esta época, o impacto das significações de terrorismo como definidoras de políticas nacionais e internacionais já era observável. Em 1981, ano em que a administração de Ronald Reagan assumiu o poder nos Estados Unidos, se pôde observar uma preocupação específica em definir e combater o terrorismo: o presidente declarou que um dos focos de seu mandato seria uma guerra ao terror – mais especificamente, ao terrorismo internacional contra o Estado. A administração Reagan utilizava-se de uma retórica sobre a “praga da era moderna” e “a barbárie de nossos tempos”, entre outras práticas discursivas que visavam construir o termo “terrorismo” como uma ameaça à segurança nacional norte-americana (CHOMSKY, 2007).

É possível entender a retórica da administração Reagan a partir das postulações de Ewald (1991) sobre “ameaça” tratadas aqui anteriormente, já que, à época, o terrorismo não era uma ameaça palpável à população norte-americana. Como exemplifica David Campbell (1992), houveram apenas sete incidentes terroristas nos Estados Unidos no ano de 1985, que não fizeram nenhuma vítima fatal. Ainda assim, as práticas discursivas utilizadas pelo governo estadunidense foram capazes de significar o terrorismo como grande ameaça à segurança nacional (CAMPBELL, 1992).

Durante os anos 1990, a natureza do terrorismo internacional estava mudando lentamente. Enquanto grande parte dos líderes responsáveis por elaborarem políticas contra-terroristas ainda bus-

cavam dissuadir o terrorismo patrocinado pelo Estado, crescia uma diferente forma de terrorismo, representada por grupos terroristas independentes, sem território fixo e motivados por um exacerbado fundamentalismo religioso (STARR-DEELEN, 2014).

## Os eventos de 11 de setembro e a Guerra ao Terror

Em 11 de setembro de 2001, foi efetuada uma série de ataques terroristas aos Estados Unidos, mais especificamente, nas cidades de Nova Iorque e Washington. Os terroristas, posteriormente reconhecidos como membros da *Al-Qaeda*, sequestraram quatro aviões, lançando-os contra o *World Trade Center* e contra o Pentágono, o que resultou na morte de 3.234 pessoas, de 90 nacionalidades diferentes. Tais acontecimentos foram simbólicos para todo o mundo, e apresentavam a ameaça dos novos tempos: o caráter não-estatal e transnacional dos ataques desalojou o significado de “ato de guerra” da lógica vestfaliana, que classificava ameaças enquanto baseadas em um território nacional (RESENDE, 2012).

No dia 20 de setembro do mesmo ano, o então presidente norte-americano George W. Bush declarava a “Guerra ao Terror”, afirmando ainda que esta não teria fim até que todos os grupos terroristas de alcance global fossem encontrados, detidos e derrotados. Tal discurso mostrava a nova atitude em relação ao terrorismo a ser seguida pelos Estados Unidos e, conseqüentemente, pelo resto do mundo. Essa atitude envolvia o engajamento em uma guerra sem fim contra inimigos difusos, e explicitava por meio de suas práticas discursivas que quem não estivesse do lado norte-americano no combate ao terrorismo, estaria necessariamente a favor dos terroristas (RESENDE, 2012).

Em 2002, o significado de “Guerra ao Terror” recebeu um formato mais bem definido sob a forma de uma nova política externa norte-americana. A “Guerra ao Terror” permitia aos Estados Unidos e seus aliados um engajamento em guerras preventivas, definidas por Oren (2002) como o ataque a uma possível ameaça antes mesmo que ela se torne real ou iminente. A lógica da guerra preventiva criava a possibilidade de um estado permanente de guerra, uma vez que a mera existência de condições que possibilitassem classificar algum objeto como uma ameaça já seria um motivo para o início de uma guerra preventiva (OREN, 2002). A retórica da “Guerra ao

Terror” abarcava uma lógica maniqueísta, dividindo o mundo entre “bons” e “maus”, e assim justificando ações que, em outro contexto, seriam inaceitáveis, mas eram plausíveis se tomadas contra os “maus” - naquela conjuntura, os terroristas (RESENDE, 2012). A prática da “Guerra ao Terror” não teria sido possível sem a construção discursiva do fenômeno “terrorismo” como a mais proeminente e terrível ameaça à segurança global (JACKSON, 2005). A capacidade do governo estadunidense de articular políticas intervencionistas no Oriente Médio e torná-las aceitáveis para grande parcela do público global se devia, em grande parte, ao estado de choque internacional causado pelos ataques de 11 de setembro de 2001 e à capacidade norte-americana de construir ameaças discursivamente (STARR-DEELEN, 2014).

## **As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia**

Expostas as bases teóricas da análise deste artigo, pretende-se apresentar o estudo de caso a ser analisado, que tange às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Objetiva-se entender quais foram as implicações das significações de terrorismo nas políticas para solução de conflito com as FARC, além de como foi arquitetada a construção discursiva de uma ameaça terrorista na Colômbia, e como isso justificou políticas agressivas por parte dos governos nacionais envolvidos no conflito contra a guerrilha.

### *Origens e motivações*

Faz-se importante contextualizar a criação e consolidação das FARC enquanto um grupo militante, pois este decorreu de suscetíveis acontecimentos de cunho político e eventos de natureza conflituosa dentro da Colômbia. Tais eventos resultaram de ações políticas dos três principais partidos políticos colombianos – o Partido Liberal, o Partido Conservador e o Partido Comunista Colombiano – e culminaram em uma guerra civil. Estes episódios influenciam de maneira decisiva a política interna e externa da Colômbia (CEARÁ, 2009).

O assassinato de Jorge Eliécer Gaitán<sup>11</sup> em Bogotá, em 9 de abril de 1948, foi um episódio que desencadeou mudanças no cená-

---

11. Membro do Partido Liberal e prefeito de Bogotá.

rio da política doméstica colombiana, bem como deu-se de maneira catalisadora do movimento Bogotazo. Este movimento caracterizou-se como um levante popular da classe baixa liberal, que posteriormente alastrou-se pelo país e adquiriu proporções maiores, tornando-se o que ficaria conhecido como *La Violencia*. A expansão do *La Violencia* e o medo, por parte das classes políticas, de que este se transformasse em uma revolução social, fez com que o partido Liberal apoiasse a repressão sangrenta desempenhada pelo partido Conservador (LEECH, 2011).

Em função da intensificação do *La Violencia*, a coalizão entre liberais e conservadores rompe-se, perpetuando a pré-existente disputa entre ambos os partidos. Em consequência disso, “[n]os anos que se seguiram, os Partidos Liberal e Conservador mobilizaram apoiadores armados no campo numa guerra civil não declarada que custou mais de 200.000 vidas” (RABASSA; CHALK, p. 23, 2001, tradução nossa<sup>12</sup>).

Simultaneamente, desde a década de 1930, o Partido Comunista Colombiano exercia uma grande influência sobre os camponeses colombianos, organizando-os e politizando-os. Por conseguinte, houve o desenvolvimento de grupos de autodefesa (guerrilhas comunistas) como resultado, também, do período de *La Violencia*. Estes grupos de autodefesa passaram a fixar-se em territórios isolados, fundando o que tornariam-se zonas de colonização armada, que preocupavam líderes estatais para além da Colômbia.

Frente ao que apresentou-se como um quadro de guerra civil na Colômbia e sob o pretexto de que Laureano Gómez<sup>13</sup> não conseguiu mitigar ou dissolvê-la, o General Gustavo Rojas Pinilla assume a presidência da Colômbia em 1953, através de um golpe militar. O general contava com o apoio dos Estados Unidos, que “viram o apoio do Partido Comunitário Colombiano ao camponês através de uma lente da Guerra Fria e enviaram armas e treinamento às forças armadas colombianas” (LEECH, 2011, p. 9, tradução nossa<sup>14</sup>). Pinilla iniciou ofensivas militares contra camponeses co-

12. In the years that followed, the Liberal and Conservative parties mobilized armed supporters in the countryside in an undeclared civil war that claimed over 200,000 lives (RABASSA; CHALK, p. 23, 2001).

13. Membro do Partido Conservador, vencedor das eleições presidenciais de 1949 e deposto em 1953.

14. [...] viewed the Colombian Community Party’s support for the peasant through a Cold War lens and rushed weapons and training to the Colombian military (LEECH, 2011, p. 9).

munistas (aliados ao PCC) que ainda se encontravam em posição de resistência ao governo. As ações do General, porém, passam a descontentar as elites dos grupos liberais e conservadores que, em 1958, implementam o que seria “um acordo de partilha de poder nomeado Frente Nacional” (LEECH, 2011, p. 10, tradução nossa<sup>15</sup>).

Apesar do apoio dos Estados Unidos à Pinilla nas investidas contra os camponeses comunistas, esta questão permanecia sem uma resolução.

Essa resistência [camponesa], gradativamente passou a incomodar o governo da coalizão que, em 1964, intitula esses grupos de “repúblicas independentes” e ordena um bombardeio aéreo sobre a região considerada insurgente. Esses núcleos resistem aos ataques e se transformam no embrião que posteriormente vai gerar o movimento guerrilheiro (CEARÁ, 2009, p. 205).

Dentre os vários líderes das Repúblicas Independentes de orientação comunista no território colombiano, Manuel Marulanda Vélez assumiu posição de protagonismo, agindo em prol da consolidação de uma guerrilha comunista unificada. Como consequência da expansão dos movimentos camponeses na Colômbia, na década de 1960, houve o alinhamento de uma série de guerrilhas, “denominadas ‘Forças de Autodefesa Comunista’, que mais tarde foram reorganizadas como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com Marulanda como Chefe de Gabinete” (RABASSA; CHALK, 2001, p. 24, tradução nossa<sup>16</sup>).

Da segunda metade da década de 1960 até os anos 1980, a expansão das FARC se deu de maneira lenta, porém concisa, uma vez que as atividades da guerrilha tinham como objetivo principal a própria sobrevivência do grupo (RABASSA; CHALK, 2001). O grupo não agia como uma vanguarda revolucionária que buscava motivar os camponeses a se engajarem na luta revolucionária armada. As “FARC eram formadas por camponeses já politizados que respondiam às condições existentes e buscavam se defender contra a repressão estatal” (LEECH, 2011, p. 22, tradução nossa<sup>17</sup>).

15. [...] implemented a power-sharing agreement called the National Front (LEECH, 2011, p. 11).

16. [...] denominated “Communist self-defense forces”, that later were reorganized as the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC), with Marulanda as Chief of Staff (RABASSA; CHALK, 2001, p. 24).

17. [...] the FARC was formed by an already politicized peasantry responding to existing conditions and seeking to defend itself against state repression (LEECH, 2011, p.22).

### *Atuação das FARC no território colombiano e políticas estatais relativas ao grupo*

As FARC atuavam como uma forma de governo nas regiões de seu domínio, promovendo “projetos educativos, cujo objetivo principal era a formação ideológica” dos habitantes locais (CEARÁ, 2009, p. 207). A partir dos anos 1980, o grupo sofreu mudanças para além de sua nomenclatura, que se tornou Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), e iniciou uma linha de atuação mais agressiva em território colombiano. De acordo com líderes do próprio grupo guerrilheiro, a busca por confrontos de larga escala contra o governo colombiano e um esforço de expansão sobre territórios do Estado caracterizavam a nova fase do grupo, considerado uma legítima guerrilha ofensiva (LEECH, 2011). O termo guerrilha é definido por autores como Dyson (2008), como um grupo terrorista que alcança status de força paramilitar e é, em alguma medida, envolvido em conflitos com o governo. A partir de tal definição, os governos colombiano e norte-americano eram capazes de classificar as FARC-EP como um grupo terrorista, o que teria importantes implicações nas políticas adotadas em relação à guerrilha (DYSON, 2008).

Ainda sem alterações em relação aos seus propósitos e ideais, o envolvimento com o narcotráfico destacou-se como uma importante condição na performance das FARC-EP a partir da década de 1980. Além de intensificar a expansão territorial e política da guerrilha, o narcotráfico tornou-se uma fonte de subsídio do grupo, sendo decisivo para o aumento de seu poderio militar. Com a intensificação do consumo de cocaína - principalmente nos Estados Unidos, na década de 1970 - as FARC-EP não somente passam a enfrentar dilemas com suas próprias questões ideológicas, mas conflitos com cartéis de drogas que surgiam no cenário da política interna colombiana, afetando de forma significativa a atuação da guerrilha no país.

O envolvimento com narcóticos enquadrava as FARC em outra classificação relacionada a terrorismo - o status de grupo narco-terrorista. Segundo Dyson (2008), o termo “narco-terrorismo” ganhou popularidade na mídia norte-americana a partir do fim da década de 1980, em decorrência do aumento do nível do consumo de drogas nos Estados Unidos, questão que já era securitizada pelo governo Nixon desde a década anterior. Narco-terrorismo

pode ser definido como “o uso de extrema força e violência por produtores e distribuidores de narcóticos contra um governo ou população, com a intenção de coagir estas instituições a mudarem seus comportamentos em favor do tráfico” (DYSON, 2008, p. 31, tradução nossa<sup>18</sup>).

Ante o envolvimento da guerrilha com o narcotráfico - no qual sua atuação divergia da dos cartéis de drogas colombianos -, esta passou a ser “primariamente responsável pela maioria das violações de direito humanos, incluindo assassinatos de [ao] menos quatro pessoas, sequestros, ataques em centros populacionais e atos de terrorismo” (RABASSA; CHALK, 2001, p. 57, tradução nossa<sup>19</sup>). Concernente à atuação das FARC-EP, o governo colombiano deparou-se com um dilema, pois era necessário decidir entre tratar o “grupo como atores políticos, e assim como participantes legítimos nas negociações de paz, ou como criminosos a serem suprimidos” (RABASSA; CHALK, 2001, p. 9, tradução nossa<sup>20</sup>). Entretanto, o governo colombiano, sob forte influência dos Estados Unidos, opta por conceber a imagem das FARC-EP como de um grupo criminoso, passando a tratá-los com políticas agressivas (RABASSA; CHALK, 2001).

A influência estadunidense nas políticas domésticas colombianas não ocorreu meramente ao acaso. Fundamentava-se, porém, no fato de que, nos anos 1990, não somente a entrada de drogas nos Estados Unidos havia aumentado exponencialmente, como também o poder militar que as FARC-EP possuíam representava uma forte ameaça ao governo colombiano. A partir de um relatório elaborado pela Agência de Inteligência de Defesa dos Estados Unidos, constatou-se que o governo norte-americano estava preocupado com a ameaça empregada pela guerrilha (LEECH, 2011).

Utilizando-se deste argumento, portanto, os presidentes estadunidenses Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009) justificaram a escalada do envio de forças militares para a Colômbia, decisões que colaboraram para o agravamento da guerra civil instau-

---

18. the use of extreme force and violence by producers and distributors of narcotics against a government or population, intended to coerce that body to modify its behavior in their favor (DYSON, 2008, p. 31).

19. [...] primarily responsible for the majority of all other types of human rights violations, including murders fewer than four persons, kidnappings, attack in populational centers, and acts of terrorism (RABASSA; CHALK, 2001, p. 57).

20. [...] group as political actors, and thus as legitimate participants in the peace negotiations, or as criminals to be suppressed (RABASSA; CHALK, 2001, p. 9).

rada no país. O Plano Colômbia, para além de um fator que futuramente se converteria em um instrumento intermediário para negociações de paz, condicionou, a priori, a intensificação da guerra civil com as intervenções e ajuda militar por parte dos Estados Unidos ao Estado colombiano. A partir deste plano, as FARC-EP se tornaram o principal alvo das ações militares da Colômbia (LEECH, 2011).

Para além do ataque direto colombiano e estadunidense sobre as FARC-EP, o “*turning point*” sobre a aceção colombiana e estadunidense acerca da guerrilha, enquanto um grupo terrorista, dá-se após o atentado de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Em função deste episódio, uma campanha norte-americana projetada em escala global objetivava categorizar as FARC-EP como um grupo narco-terrorista de exponencial ameaça, semelhante aos grupos terroristas *Al-Qaeda* e *Hezbollah*, no Oriente Médio (LEECH, 2011). A partir dos esforços norte-americanos para conter o narcotráfico, se instaurou entre a população estadunidense um considerável medo de ataques terroristas orquestrados por narcotraficantes, que poderiam utilizar da violência dentro dos Estados Unidos como forma de retaliação às políticas norte-americanas de combate ao tráfico. Estes possíveis ataques nunca chegaram a se materializar nos Estados Unidos, mas os reflexos da construção discursiva em torno da ameaça narco-terrorista implicaram decisivamente nas políticas do país, como no já citado apoio norte-americano ao Plano Colômbia (DYSON, 2008).

No que tange ao quadro de terror e pânico instaurados nos Estados Unidos e Colômbia, intervenções para reprimir e conter atividades que eram tidas como pertinente às FARC-EP passaram a ser aplicados em territórios colombianos. A expressão máxima da nova política inflexível colombiana manifestou-se na candidatura e eleição de Alvaro Uribe<sup>21</sup>. A política de Segurança Democrática e Estratégia de Defesa, que Uribe implementou no início de seu mandato, consistia em conter qualquer cidadão que criticasse ou se opusesse às políticas estatais. Como reflexo destas ações, um relatório da Associação de Membro Familiares Detidos e Desaparecidos<sup>22</sup> apontou que “[...] o número de pessoas cujos direitos humanos foram violados devido a execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura e detenções arbitrárias aumentou dramaticamente durante o primeiro

21. Candidato de direita, eleito presidente da Colômbia em 2002.

22. Organização Não Governamental colombiana.

ano de governo de Uribe” (LEECH, p. 90, 2011, tradução nossa<sup>23</sup>). Portanto, presume-se que a intitulação das FARC-EP enquanto grupo terrorista resultou de uma ação política orquestrada pelos governos de Estado Unidos e Colômbia, com a finalidade de não reconhecer o grupo como um ator político legítimo (LEECH, 2011).

### *As implicações das significações de terrorismo nas políticas para solução de conflito com as FARC*

Baseado na teorização acerca da terminologia do terrorismo e na historiografia das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), é possível afirmar que tanto o governo dos Estados Unidos quanto o da Colômbia justificaram suas ações contra o grupo armado conceituando-o não apenas enquanto uma guerrilha, mas sim como uma célula terrorista. Isso se deu pois, desde a década de 1970, o presidente norte-americano Richard Nixon iniciou sua política de “Guerra às Drogas”, que permitiu aos Estados Unidos a construção de um inimigo baseada na figura de grupos narcotraficantes. Segundo a administração Nixon, os narcotraficantes estrangeiros eram os grandes responsáveis pelo alto consumo de drogas no território norte-americano. Perante isso, as FARC, que, como já abordado, conseguiam boa parte de seus recursos por meio do narcotráfico, tornaram-se uma ameaça internacional, caracterização esta que justificava as diversas intervenções dos EUA na América Latina, principalmente na década de 1990, em nome da segurança norte-americana (SILVA, 2015).

Associado a essa postura, o presidente colombiano Andres Pestrana, ao assumir o cargo em 1998, recebeu apoio político interno para iniciar diálogos visando a paz com as FARC. Entretanto, estes diálogos não obtiveram resultados positivos, visto que a guerrilha decidiu tomar o controle da zona desmilitarizada criada por Pestrana para as negociações. Ademais, na época, a guerrilha executou uma série de cidadãos norte-americanos, algo que fez frear as conversas de paz (SILVA, 2015).

Desse modo, as políticas desses dois atores estatais se tornaram agressivas de fato, principalmente após os atentados terroristas da *Al-Qaeda* nos EUA em 11 de setembro de 2001. Tais ataques

---

23. [...]the number of people whose human rights were violated due to extrajudicial execution, forced disappearances, torture and arbitrary detentions had increased dramatically during Uribe's first year in office (LEECH, 2011, p. 90).

instauraram um clima de extrema intolerância a qualquer grupo denominado terrorista em nível internacional, que fez com que a violência se tornasse um importante recurso de ação política dos Estados<sup>24</sup>, visto que a opinião pública acatava discursos securitizadores como legítimos (LEONGÓMEZ, 2004). Outro fator importante para a exacerbada agressividade dessas políticas foi a elaboração do já citado Plano Colômbia, arquitetado pelos Estados Unidos e pela Colômbia, e que tinha como um de seus componentes principais o investimento norte-americano para assistência militar, técnica e financeira no combate ao tráfico de drogas (SILVA, 2015).

Essas mudanças no panorama internacional tiveram um profundo impacto no conflito colombiano, e desse modo, as FARC foram incorporadas à lista de grupos considerados terroristas pelo Departamento de Estado dos EUA e da União Europeia. Houve também um recente relatório da influente *RAND Corporation*<sup>25</sup>, que situava as FARC ao lado da *Al-Qaeda* e *Hezbollah* como um dos três grupos terroristas mais ameaçadores da segurança dos EUA, com os mais altos níveis de hostilidade internacional (LEONGÓMEZ, 2004).

### *O Acordo de Paz e as FARC enquanto partido político*

Em 2016, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estavam em processo de enfraquecimento de suas capacidades militares e influência política. No dia 24 de novembro do mesmo ano, o governo colombiano e as FARC assinaram o Acordo Final para o término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Durável. Após tal acordo, iniciou-se um novo período nas relações entre as FARC e o Estado colombiano, visto que houve a formalização do fim da guerra por meio de uma solução política, que promoveu uma maior participação da antiga guerrilha dentro do sistema político ao fornecer mecanismos que subsidiaram a transição do, até então, grupo armado para a condição de partido político (PHELAN, 2018).

O acordo tinha como principal objetivo a consolidação de políticas públicas do Estado colombiano para a promoção de cenários

24. Esse clima foi reforçado ainda mais após o ataque terrorista em Madrid em 11 de março de 2004, promovido pelo grupo basco ETA, também considerado como uma célula terrorista (SILVA, 2015).

25. A *RAND Corporation* é uma organização norte-americana que pesquisa e desenvolve soluções para os desafios de políticas públicas afim de colaborar a tornar as comunidades em todo o mundo mais seguras e prósperas (RAND, 2018).

de paz, após mais de 60 anos de conflito. A reconciliação proposta pelo acordo deve ser entendida enquanto um processo integral, sistêmico e progressivo que permitiu dar sustentabilidade à construção da paz após o acordo. Ela se converte no eixo que atravessa a implementação dos mecanismos de justiça transnacional, a reconstrução do âmbito social e a consolidação de uma democracia participativa (ANGÉLICA; CIPAGAUTA, 2017).

Destarte, tal transição possibilitou maior participação política das FARC dentro do território colombiano, visto que concedeu ao grupo incentivos para que sua estratégia política fosse conduzida democrática e pacificamente. Isso conferiu às FARC maior legitimidade para lutarem a favor de setores sociais marginalizados, o que era o intuito do grupo desde sua origem, mesmo enquanto caracterizado como terrorista (PHELAN, 2018). Iván Márquez, líder do movimento renomeado de Força Alternativa Revolucionária Comum, expôs o objetivo principal do partido em seu primeiro congresso, ocorrido em 2017: “Nós queremos ser a voz dos excluídos, daqueles que vivem na miséria, a voz da honestidade e da boa população da Colômbia” (MÁRQUEZ apud PHELAN, 2018, p. 2, tradução nossa<sup>26</sup>).

Desse modo, um dos principais desafios posteriores a tal acordo para o Estado colombiano se entende por conduzir rigorosamente esse processo de reconciliação através de decisões que vinculem todos os atores envolvidos, as necessidades territoriais, os processos históricos já existentes e as posições dos mandatários locais. O acordo alcançado com as FARC é uma grande oportunidade para avançar no caminho de construção da paz. No entanto, essa construção e a conseqüente mudança de terminologia em relação ao grupo é insuficiente somente no discurso, uma vez que deve ser acompanhada por um processo de reconciliação no qual serão necessários esforços visando a superação das exclusões e desigualdades que protagonizaram esse conflito armado (ANGÉLICA; CIPAGAUTA, 2017).

Entretanto, o governo dos Estados Unidos ainda percebe com cautela esse acordo, principalmente no que tange o tráfico internacional. Tal preocupação é percebida pela visão do embaixador norte-americano na Colômbia, Kevin Whitaker, que alega que as

---

26. We want to be the voice of the excluded, of the voiceless, of those who live in misery, the voice of the honest and the good people of Colombia (MÁRQUEZ apud PHELAN, 2018, p. 2).

FARC não cumpriram com as obrigações do acordo, uma vez que continuaram a encorajar o cultivo da coca em certas áreas do país. Sobre isso, Whitaker afirma que é necessário que o “grupo rebelde desmobilizado” conceda informações concernentes ao tráfico de drogas na Colômbia, possibilitando a abertura de investigações que, segundo ele, não vêm ocorrendo. Ademais, o embaixador disse que os EUA apenas retirarão as FARC do status de organização terrorista se houver atos concretos que mostrem que o grupo cumpriu tal acordo de paz (INSIGHT CRIME, 2017).

## Conclusão

A partir das abordagens teóricas e do contexto histórico apresentado, se torna evidente o papel decisivo da prática discursiva na construção de uma ameaça, principalmente no que tange políticas governamentais. O caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia é emblemático visto que é perceptível a influência discursiva acerca do status imposto ao grupo – seja este enquanto grupo guerrilheiro, narcotraficante ou narco-terrorista. As políticas articuladas tanto pelo governo colombiano quanto pelo governo norte-americano para conter a influência das FARC eram baseadas na identidade que o Estado conferia ao grupo, justificando agressivas políticas estatais que somente foram legitimadas através do discurso.

Além disso, a própria caracterização das FARC como terrorista, por meio do discurso, “pode ser entendida como uma prática política central para a constituição, produção e manutenção da identidade política americana” (CAMPBELL, 1992 p. 8). Assim, classificando o grupo das FARC como terroristas, e, por conseguinte, associando-os às ideais de barbárie, irracionalidade e criminalidade, a identidade norte-americana é ressaltada como o contrário deste “outro”, sendo, portanto, “legítima, racional e civilizada” (CROFT, 2006). A partir disso, cria-se uma relação amigo-inimigo, na qual o conceito de inimigo é utilizado como uma justificativa para ações políticas agressivas por parte dos governos (SCHMITT, 2009). Com isso, é possível concluir que o conceito de terrorismo não é estático, mas sim uma forma de denominar discursivamente um ator que se entende por hostil e oposto aos interesses de uma outra entidade. Por conseguinte, tal conceituação está sujeita a adequações e mudanças conforme os interesses e as aspirações das partes envolvidas em um conflito.

## Referências

- ANGÉLICA, María; CIPAGAUTA, Bueno. **Políticas de reconciliación**: Un reto posible en la construcción y la sostenibilidad de la paz en Colombia. Bogotá: Dossier: Balance de las negociaciones con las FARC y retos del Postacuerdo en Colombia, 2017.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- CAMPBELL, David. Poststructuralism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theory: Discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CEARÁ, Diego Barbosa. FARC-EP: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina. **História Social**, n. 17, p. 203-224. 2009.
- CHOMSKY, Noam. **Perilous power**: The Middle East and US Foreign Policy: Dialogues on terror, democracy, war and justice. Londres: Penguin Books, 2007.
- CROFT, Stuart. **Culture, crisis and America's War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- DYSON, William. **Terrorism**: An investigator's handbook. Cincinnati: Lexisnexis, 2008.
- GEORGE, Jim. **Discourses of global politics**: A Critical (Re)Introduction to International Relations. London: Macmillan Education, 1994.
- INSIGHT CRIME, 2017. **US ambassador: FARC 'have not complied' with Colombia Peace Deal**. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/brief/farc-not-complied-peace-agreement-us-ambassador-colombia>>. Acesso em: 14 maio 2018.
- JACKSON, Robert. **Writing the War on Terrorism**: Language, Politics and Counter-Terrorism. Manchester: Manchester University Press, 2005.
- LEECH, Garry. **The FARC**. The longest insurgency. London: Zed Books. 2011.
- LEONGÓMEZ, Eduardo P. Una luz al final del tunel. Balance estratégico del conflicto armado en Colombia. Caracas: **Nueva Sociedad**, n. 192. jul/ago. 2004.
- OREN, Michael B. **Six days of war**: June 1967 and the making of the modern Middle East. Nova Iorque: Ballantine, 2002.
- PHELAN, Alexandra. Engaging insurgency: The impact of the 2016 Colombian Peace Agreement on FARC's political participation. **Studies in Conflict & Terrorism**. Melbourne: Routledge, 2018.
- RABASSA, Angel M., CHALK, Peter. **Columbian labyrinth**: The Synergy of Drugs and Insurgency and Its Implications for Regional Security. Project Air Force RAND: California, Virginia, Pennsylvania. 2001.

RAND, 2018. **About the RAND Corporation**. Disponível em: <<https://www.rand.org/about.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RAPOPORT, David C. The four waves of rebel terror and September 11. **Anthropoetics**, v. 8, n. 1, 2002.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria Ltda., 2012.

ROSENAU, Pauline M. **Post-Modernism and the Social Sciences: Insights, inroads, and intrusions**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

SCHMITT, Carl. **O conceito do Político: Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, p. 19-62. 2009.

SILVA, Caroline Cordeiro V. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. Curitiba: **Conjuntura Global**, v. 4, n. 2, maio/ago. p.124-132. 2015.

STARR-DEELEN, Donna G. **Presidential policies on terrorism: from Ronald Reagan to Barack Obama**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

WÆVER, Ole. Insecurity, security, and asecurty in the west European non-war community. In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Org.). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

*Recebido em: 05.10.2018*

*Aprovado em: 16.08.2018*